

I

COMO ESCREVER UM ARTIGO JURÍDICO DE REVISÃO

How to write a Law Review Article¹

*Richard Delgado*²

Professor de Direito, Escola de Direito UCLA;
J.D, Universidade da Califórnia, Berkeley, Boalt
Hall (1974). Email:rdelgado@law.ua.edu

RESUMO: Eu escrevi este artigo para explicar de forma simples algumas regras, convenções e atalhos que aprendi ao longo dos anos como jurista. Eu explico as várias etapas que deve-se considerar ao escrever um artigo jurídico, os tipos e gêneros de tais artigos, e algumas dicas sobre apresentação e divulgação do trabalho.

Palavras-chave: Tipo de artigo. Tema jurídico. Autoria. Edição. Publicação.

ABSTRACT: I wrote this article to explain in simple fashion some rules, conventions, and shortcuts I have learned over the years as a legal writer. I explain the various steps one ought to consider in writing a law review article, the types and genres of such articles, and a few tips having to do with submission and marketing of one's work.

Keywords: Citation. Writing. Marketing. Publication.

SUMÁRIO: 1. Introdução – 2. Por que escrever um artigo jurídico? - 3. Variedades de artigos jurídicos – 4. Temas – 5. Estratégias de pesquisa e autoria – 6. Notas de rodapé e autoria – 7. Escrevendo o artigo – 8. Submetendo o artigo – 9. Trabalhando com seu editor – 10. Depois da publicação, o que vem depois? - 11. Conclusão - 12. Referências

¹ Traduzido por Heron Santana Gordilho, professor do PPGD/Universidade Federal da Bahia, Gisane Tourinho Dantas e Maria Izabel Vasco de Toledo, mestrandas do Programa de Pós-graduação em Direito na Universidade Federal da Bahia

² Este artigo é uma versão ligeiramente editada de um discurso proferido durante a Conferência de Professores de Direito da Minoria, que foi realizada na Escola de Direito da Universidade de São Francisco, em 26 de outubro de 1985. Publicado originalmente na University of San Francisco, Vol.20, n.445, 1986. Disponível na língua inglesa em http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1577346.

1. Introdução

Pediram-me para falar sobre como escrever um artigo jurídico. Como muitos, acho que é muito mais fácil escrever alguma coisa do que falar sobre meus processos de pensamento durante a escrita. Não obstante, eu tentei distinguir uma série de observações, dicas, cortes curtos, e tudo o mais que eu, pessoalmente, teria achado útil que alguém tivesse me passado quando eu estava começando a escrever. Um bom artigo de revisão inspira, muitos deles, aos seus novos membros no momento da orientação. Para muitos de vocês, essas observações serão “manjadas”, fáceis; por isso, peço desculpas. Além disso, devo dizer, desde o início, que eu incluí um pouco sobre a análise política ou crítica na escrita de um artigo jurídico. Já escrevi em outro lugar sobre isso³.

Alguns dos assuntos que espero tocar nesta conversa são:

- I. Por que escrever um artigo jurídico, em lugar de outra coisa, um livro ou uma sátira política, por exemplo?
- II. Quais são as variedades de artigo jurídico? Provavelmente mais do que o clássico "caso triturador". Quais são esses outros tipos?
- III. Temas – onde obtê-los? Como identificar um bom tema ?
- IV. Estratégias de pesquisa.
- V. Notas de rodapé e teoria da autoridade.
- VI. A escrita real do artigo.
- VII. Submetendo o artigo e trabalhando com o seu editor.
- VIII. Após a publicação, o que vem depois?

³ DELGADO, Richard. **The Imperial Scholar: Reflections on a Review of Civil Rights Literature**. University of Pennsylvania Law Review, Vol. 132. 1984.

2. Por que escrever um artigo jurídico?

Por que escrever? São muitas as razões: porque seus colegas estão escrevendo, porque você tem alguma coisa para dizer, porque você quer mudar o Direito, porque é agradável (pelo menos algumas vezes), ou porque você quer avanço profissional e reconhecimento. Pessoalmente, eu prefiro as razões intrínsecas – escrita como autoexpressão, escrever porque dá satisfação. Mas, eu também gosto do resultado quando alguma coisa que escrevo tem um impacto – sacode as pessoas, ajuda o Poder Judiciário a tomar a decisão correta. A motivação de todos, eu penso, é misturada, e essa mistura varia de pessoa para pessoa e de artigo para artigo.

3. Variedades de artigos jurídicos

Assim como há diferentes razões para escrever um artigo jurídico, existem muitos tipos de artigos. Posso pensar em, pelo menos, dez. Primeiro, tem a revisão crítica de jurisprudência – o artigo “típico”. Esse tipo de artigo analisa jurisprudência em uma área que é confusa, em conflito ou em transição. A doutrina é antiquada ou incoerente e precisa ser reformulada. Muitas vezes o autor resolve o conflito ou o problema com referência à política, oferecendo uma solução que melhor atenda aos objetivos de equidade, eficiência e assim por diante.

Próximo, tem o artigo de reforma da jurisprudência. Algumas pessoas dessa corrente argumentam uma regra ou instituto jurídico que não é apenas incoerente, mas maléfico – tem

consequências danosas, é desigual ou injusta. O escritor mostra como mudar a regra para resolver esses problemas.

Tem ainda a nota legislativa, na qual o autor analisa um projeto de lei ou a legislação promulgada recentemente, muitas vezes seção por seção, oferecendo comentários, críticas, e algumas vezes, sugestões para a melhoria.

Outro tipo de artigo é o artigo interdisciplinar. O autor de um artigo interdisciplinar mostra como as percepções de outro campo, como a psicologia, economia ou sociologia, pode permitir que a lei possa lidar melhor com algum problema recorrente. O próximo artigo do Professor Charles Lawrence sobre teoria da motivação do inconsciente e sua relação com a lei⁴ de relações raciais se enquadra nesta categoria.

Existe a teoria de encaixe ou adequação do artigo. O autor examina o desenvolvimento na área do Direito e descobre as sementes de uma nova teoria lícita ou ilícita. O famoso artigo de Warren e Brandeis sobre a privacidade é um exemplo bem conhecido deste tipo de escrita⁵.

Discussões sobre a profissão do advogado, linguagem jurídica, argumento jurídico, ou educação jurídica formam, ainda, outra categoria da escrita de revisão de Direito⁶. Os advogados são como a maioria das pessoas – eles gostam de ler sobre eles. Existe um mercado ativo para esse tema.

⁴ LAWRENCE, Charles R. **The Id, the Ego, and Equal protection: Reckoning with unconscious Discrimination**. Stanford Law Review, vol. 39, No. 2. 1987.

⁵ WARREN, Samuel; BRANDEIS, Louis. **The Right To Privacy**. 4 Harvard Law Review, 193. 1890.

⁶ STONE, Alan. **Legal Education on the Couch**. 85 Harvard Law Review, 392. 1970. Veja também qualquer problema na seção de artigos do *Journal of Legal Education* sobre educação em Direito, escolas jurídicas exame, linguagem e escrita jurídica, e tópicos relacionados.

Há os cerebrinos, os artigos dos estudiosos “nerds”, que consistem em diálogos aprendidos que continuam um debate pré existente⁷. Esses artigos tem a seguinte forma: “Em um influente artigo no W Law Review, o Professor X sustentou Z. Críticos, incluindo o Professor Y, atacou a visão dele, sustentando A, B e C. Esse artigo oferece D, uma nova abordagem para o problema Z (uma nova crítica, uma nova maneira de defender a posição X em face das críticas dela, uma forma de acomodar X e as suas críticas ou alguma coisa parecida”).

Outra categoria consiste em peças sobre a história do Direito. A origem e o desenvolvimento de uma regra ou instituto jurídico pode lançar luz sobre o seu funcionamento ou falhas da corrente. Similarmente, artigos jurídicos comparativos são, muitas vezes, valiosos e cativantes pelas mesmas razões: às vezes acontece que outros sistemas jurídicos tratam um problema de forma mais eficaz ou mais humanamente do que o nosso. O famoso artigo de Friedrich Kessler sobre contrato de adesão é um bom exemplo de uma peça que se baseia em experimentar sistemas externos para melhorar a qualidade da justiça americana⁸.

A última categoria são as resenhas de jurisprudência, que examinam uma decisão recente, juntamente com seus antecedentes, argumentos, deficiências, e as consequências prováveis, e a pesquisa empírica do artigo. Este último é, em alguns aspectos, o

⁷ DOLINKO, David. **Comment: Intolerable Conditions As a Defense to Prison Escapes**. Los Angeles: 26 UCLA Law Review, pps. 1126-1182. 1979. FLETCHER, George P.. **Should Intolerable Prison Conditions Generate a Justification or na Excuse for Escape**. 26 UCLA Law Review, pps. 1355-1366. 1979.

⁸ KESSLER, Friedrich. **Contracts od Adhesion - Some Thoughts About Freedom of Contract**. Columbia: 43 Columbia Law Review, n. 629. 1943.

mais útil de todos, desde que seja possível gerenciar os problemas logísticos que apresenta, porque ele permite que o escritor amplie o conhecimento para além dos limites da escrita jurídica. Um exemplo deste tipo de artigo é o artigo de Bea Moulton sobre o desenvolvimento dos juizados de pequenas causas como veículo para opressão dos pobres pela pequena burguesia⁹. Meu ponto de vista é que existem muitos formatos de revisão do Direito e objetivos, e não apenas um - pinceladas diferentes para pessoas diferentes.

4, Temas

Escondido em algum lugar do leque de gêneros e formatos existe, de forma otimista, um tema que é certo para você. O que faz um tópico ser bom? Um bom tópico é interessante, manejável e significativo. A maioria dos artigos críticos em Direito toma, pelo menos, 150 horas do escritor, desde o início até o fim da escrita. É fundamental, por conseguinte, que o seu tópico seja de seu interesse. Caso contrário, você irá procurar razões, às 04:15 h da tarde, para não chegar nelas. O tópico também deve ser amplo o suficiente para ser socialmente ou legalmente significativo, mas não tão amplo a ponto de você nadar (“viajar”) na abstração ou se afogar em casos. A lei sobre antidiscriminação em relação à contratação do corpo docente da universidade pode ser um pouco muito amplo. Encontrar constatações da pesquisa sobre percepção e da psicologia do testemunho e da sua ligação com os princípios contra a discriminação no ambiente universitário - um tópico de um dos participantes desta conferência

⁹ MOULTON, Beatrice. **The Persecution and Intimidation of the Law Income Litigant as Performed by the Small Claims Court in California**. Stanford: 21 Stanford Law Review. 1969.

que está atualmente trabalhando - é sobre direito.

Um conselho é que a revisão do Direito seja dispensado aos seus membros, em relação a encontrar tópicos comentados, e isso se provou útil e terapêutico para mim: encontrar um novo ponto, um novo *insight*, uma nova forma de procurar em uma parte da lei, e organizar todo o seu artigo em torno disso. Um conhecimento de outra disciplina, uma aplicação da simples lógica do problema que nunca foi realizada antes, é tudo o que precisamos. O artigo afirma na introdução qual é essa questão nova, e o restante do artigo sustenta ilustra e a defende em face de possíveis objeções, mostrando como isso funcionaria na prática.

De onde vêm os temas? Você encontra em anotações avançadas, jornais jurídicos e populares, conversas com os colegas, e na classe. Uma fonte frequentemente esquecida é o diário de anotações, particularmente as seções de perguntas e comentários que se seguem casos graves ou que servem de transição para a próxima seção. As notas e as perguntas estão geralmente localizadas ali, pois eles ainda não têm resposta e porque o autor considera elas importantes o suficiente para garantir atenção. Muitas dessas questões são sobre o “tamanho” do direito para o artigo jurídico.

Uma fonte final são os profissionais de campo, advogados especialistas em escritórios de advocacia de interesse público e de centros especializados de litígio. Geralmente esses advogados estão procurando e pensando além. Eles sabem quais áreas são maduras para uma reforma da lei e estão a procura delas. Se o seu interesse e a agenda deles coincidem, eles provavelmente poderão sugerir um tema que vai estabelecer as bases para um importante caso que eles esperam

litigar em cinco ou dez anos. Há muito a ser dito, parece-me, para escrever uma anotação de um caso, antes do grande caso, ao invés de mais tarde - especialmente se, ao fazer isso você ajuda o tribunal e molda a análise.

Antecipar a verificação é um aspecto importante para procurar e definir um tema. A maioria das revistas irá se recusar a publicar qualquer coisa sem novidade, isto é, qualquer coisa que não contenha alguma sugestão, inclinação, ideia ou análise que não apareceu antes. O que antecipar? Certamente artigos jurídicos e os casos conseguem. Livros jurídicos provavelmente antecipam. Para outras publicações, a questão é mais restrita. Um artigo em uma revista social ou em um jornal popular provavelmente não falam que sua ideia está fora, a não ser que a cobertura do seu artigo estenda-se tanto, a tal ponto que já resta pouco para você dizer. Na maioria dos casos, sua análise deverá incluir a discussão do caso legal orientando a discussão política, e assim por diante, e, portanto, é provável que vá além do âmbito da obra pelo autor não legal.

É trágico, porém, para passar longas horas em um artigo e depois descobrir que você está superado e não pode ter o seu artigo publicado. Assim, é essencial não abreviar a verificação de preempção. As melhores revistas jurídicas deverão realizar sua própria seleção, e se você escorregar, eles vão te dizer sobre isso. Como parte de minha própria verificação, aqui estão alguns lugares que eu costumo olhar: índices de periódicos jurídicos (que remonta pelo menos 15 anos para a maioria dos temas), sob tantos cabeçalhos como eu posso pensar que pode conter um artigo relevante; diário de anotações e cartilhas na seção apropriada, com o pensamento de que o

autor pode ter incluído uma referência ou nota de rodapé ao artigo que eu preciso saber sobre os tratados e as enciclopédias. Por fim, faço questão de pedir aos colegas da área em que eu quero escrever ("Eu estou pensando em escrever um artigo sobre X, você está ciente de toda a escrita abordando essa questão?").

O processo de prevenção é especialmente um problema nas áreas do Direito que são altamente visíveis ou que têm recebido grande negócio de publicidade recente. Regras de prioridade e ações afirmativas são atualmente como uma área.¹⁰ Eu não ficaria surpreso se diversos artigos ou comentários fossem escritos agora mesmo e diversos aspectos dessas regras. Ninguém que escreve numa área como esta corre óbvios riscos de preempção, a menos que sua abordagem seja tão original que ninguém mais teria sequer pensado nisso. Não há nenhum registro central de tópicos, nenhum lugar que você possa ligar e perguntar se alguém está escrevendo em seu tópico. Às vezes você pode pensar em um indivíduo ou instituição que uma pessoa esteja pensando em escrever em seu tópico. Então você pode perguntar a essa pessoa se ele ou ela sabe de alguém que esteja escrevendo sobre a questão. Por exemplo, alguém escrevendo sobre o caso de Patty Hearst e a defesa legal de lavagem cerebral ou "persuasão coercitiva"¹¹ seria como se tivesse se comunicado com o advogado de Patty Hearst, F. Lee Bailey. Uma conversa com Bailey pode revelar se você tem concorrência ou não.

¹⁰ Memphis Firefighters Local 1784 v. Stotts, 104 S. Ct. 2578 (1984)

¹¹ Veja em: DELGADO, Richard. **Ascription of criminal states of mind: toward a defense theory of the "coercively persuaded" ("Brainwashed") Defendant.** Minnesota: 63 Minnesota Law Review. 1978; LUNDE, Donald T.; WILSON, Thomas E.. **Brainwashing as a defense to criminal liability: Patty Hearst revisited,** 13Criminal law bull. 1977.

5. Estratégias de pesquisa e autoridade

Estratégias de pesquisa e usos de autoridade podem ser discutidos juntos, porque um sobressalto de convenções e usos de notas de rodapé molda a sua abordagem quando você está pesquisando assuntos e fazendo notas. Isso vai sem dizer que você deve ler tudo o que envolve a sua matéria. Suas notas de rodapé e argumentos devem refletir que você levou em conta todos os artigos, livros e ideias que há lá fora. As últimas poucas coisas que você lê podem radicalmente mudar sua ideia sobre o modo que sua análise deveria ir. Então, resista à tentação de começar a escrever antes de você ter terminado de ler tudo. Achei isso útil para começar com muitas autoridades gerais – apostilas, doutrina e enciclopédias – para se ter uma visão global. Frequentemente os autores desses livros irão citar importantes casos e artigos, então quando eu passo para essas novas fontes, eu já tenho uma lista parcial de coisas para ler. Primeiramente, cada item que você ler irá te levar a um outro item, e assim por diante. Eventualmente, o círculo começará a se fechar e você saberá que leu tudo e está pronto para escrever.

6. Notas de rodapé e autoria

Essencialmente, cada asserção da lei ou fato que você faz no corpo de seu artigo requer uma nota de rodapé. As principais exceções são sentenças de tópico, conclusões de parágrafos e seções e passagens de puro argumento. Há muitos tipos diferentes de notas de rodapé. Notas de rodapé textuais continuam o argumento do texto.

Você insere o material que atravancaria o texto e diminuiria a fluidez da narrativa. A nota de rodapé de autoria é usada para comprovar as proposições do texto. Esse tipo de nota de rodapé pode começar com qualquer número de “sinais”, aquelas pequenas palavras e abreviações, como “veja em”, “e.g.”, “veja também” e “cf”, que são encontrados no começo de notas de rodapé. Cada sinal tem um significado técnico, que deve ser usado corretamente. Cada sinal corresponde a um tipo de autoridade invocada – autoridade direta, autoridade indireta, autoridade inferencial, autoridade que segue outro caminho, autoridade de comparação e contraste, etc. Até você ter tudo pronto, é uma boa ideia ter a cópia do manual de normas para artigos enquanto estiver pesquisando. A razão para isso é que economiza muito tempo e esforço se você conseguir a força da autoridade bem no primeiro tempo, quando a reportagem, dissertação ou artigo estiver em frente a você e você estiver tomando notas. Você sempre pode voltar e ler uma segunda e descobrir se a nota que você fez cinco meses atrás corresponde a “veja em” ou “cf”. Mas por que fazer as coisas duas vezes? E se o livro não estiver lá da segunda vez?

Folheando as notas de rodapé para ver se o autor usa notas de rodapé com sensibilidade, com uma variedade de sinais e uma mistura apropriada de notas textuais e de autoridade; e isso é uma das primeiras coisas que um editor faz quando recebe um manuscrito. Se as suas notas de rodapé são esporádicas e desprovidas de sinais, há dois possíveis pensamentos na mente do editor: primeiro, que o autor é inexperiente; e segundo, que a revisão da lei (e possivelmente o editor) terá que inserir os sinais e notas de rodapé textuais. Você gostaria de se sentar diante de uma pilha de livros e fazer 100 ou 200

chamadas de julgamento, para outra pessoa, se a passagem textual e a autoridade citada estão relacionados por “veja em” ou “cf”?

7. Escrevendo o artigo

Para a escrita atual eu prefiro escrever uma inteira seção de uma vez. Eu gosto de ter a seção que eu planejei para escrever muito bem delineada antes de começar, então eu sei onde vou chegar quando me sento em frente ao computador. Prefiro escrever rápido e editar devagar. Descobri que escrever rápido supera inibições e me força a escrever de uma maneira simples. Além disso, se eu tenho algo escrito no papel, mesmo que grosseiro, eu posso editar essa parte, refiná-la, e melhorá-la mais tarde em meu tempo livre. A revisão da lei deve ser livre e limpa, sem nenhum estilo de consciência ou afetação. Editores querem que a sua organização seja o mais clara possível, com uma “linha da história” de fácil discernimento. Resistir à tentação de colocar uma ideia no papel, ou discutir um caso simplesmente porque ele existe. Tudo deve contribuir para o desenvolvimento de seu tema central, caso contrário coloque em uma nota de rodapé. Diga algo somente uma vez.

8. Submetendo o artigo

Quando você tiver terminado e as notas de rodapé estiverem no lugar, submeta o artigo – mas primeiro aos seus amigos, depois para os revisores de lei. Peça aos seus amigos para criticar o artigo, e discutir logo suas opiniões com você. Tente encontrar leitores que conheçam a matéria – não use pessoas do seu comitê de posse. Seus leitores não precisam ser da sua faculdade de Direito, e há bons

argumentos para se usar leitores de fora.¹² Quando você receber os comentários e sugestões, incorpore aqueles com os quais você concordar.

Quando o artigo é tão bom quanto o que você é capaz de fazer, envie-o para diversos revisores de lei, com uma carta de apresentação para o editor dos artigos, dizendo sobre o que trata o artigo e destaque por que ele é inovador e importante. Atualmente, os autores costumam submeter o artigo a mais de um revisor de lei de uma vez. Muitos de meus colegas e eu enviamos nossos artigos para oito ou dez revisores de uma vez só, começando do topo e depois descendo. Há vários supostos rankings de revisores de lei¹³. Geralmente os revisores levam várias semanas para completar a avaliação de um artigo e te dar uma resposta. Durante esse tempo você pode fazer ligações progressivas: “Professor Jones, um de nós leu o seu artigo e gostou muito. Antes de completarmos nossa revisão, gostaríamos de saber se o artigo ainda está disponível”.

9. Trabalhando com seu editor

Cedo ou tarde, um dos editores irá sugerir que o artigo seja publicado. Acerte os detalhes com o editor: quando ele será publicado, quais mudanças da edição serão contempladas, se você terá o direito de revisar e aceitar ou recusar as mudanças finais, se a sua peça vai ser

¹² Membros da sua própria faculdade podem se lembrar do primeiro rascunho do seu artigo, com falhas, do que a versão final, já polida. Isso pode prejudicá-lo no momento de revisão de mérito. Por outro lado, pode ser de grande valor mostrar o artigo a membros de sua faculdade e permitir que eles critiquem o artigo antes da impressão. Se você fizer todas as mudanças que eles sugeriram, as críticas posteriores de alguns leitores podem ser evitadas: ou então pode-se argumentar.

¹³ MARU, Olavi. **Measuring the impact of Legal Periodicals**. Chicago: 1 American Bar Foundation. 1973.

o artigo principal – e então diga a ele que você quer pensar sobre isso. Durante esse tempo você pode considerar a oferta dele, consultar seus colegas e checar com os outros revisores se eles estão perto de uma decisão.

Quando eu submeto um artigo a um revisor e o submeto a um editor, eu gosto de dizer ao editor minhas preferências quanto ao modo de edição. Eu pessoalmente gosto de edição “maximalista”, e então eu digo a ele para trabalhar no artigo destemidamente, fazendo mudanças e acréscimos sem precisar discutir cada detalhe comigo primeiro. Deste modo, acho que consigo o melhor trabalho do editor, e também evito o tipo de jogos de adivinhação que se seguem quando o editor tenta ser diferencial.¹⁴

10. Depois da publicação, o que vem depois?

Quando o artigo já tiver publicado, envie algumas cópias aos seus parentes, seu orientador e as autoridades legais principais relacionadas à área que você escreveu. Tenha certeza que você enviou cópia aos escritores das doutrinas e apostilas. Tendo a cópia em frente a eles os ajuda a manter o controle do campo, e se eles gostarem do artigo eles podem mencioná-lo na próxima edição, que não afetará sua reputação. Ocasionalmente você poderá utilizar um artigo como base para outra peça, como uma coluna em um jornal ou uma nota informativa em um manual ou revista especializada.

¹⁴ Refiro-me aos editores que retornam o manuscrito com questões bem elaboradas na margem. “Você pensou sobre X?”, “E com relação a Y?”, ou “Isso é realmente necessário?”. Ou ainda o editor pode ser ainda mais incisivo: “Eu não estou convencido”, “Isso parece fraco”, ou “Você precisa se aprofundar mais aqui”. Acho isso muito mais útil se o editor indicar o que ele próprio pensa de X ou Y, e indicar por que ele não está convencido de algo, e o que mais pode satisfazê-lo. Muitos editores ficarão contentes de fornecer essas direções.

11. Conclusão

Reflita um pouco sobre o assunto do seu próximo artigo. Isso pode ajudar a coordenar sua escrita para estabelecer um interesse sobre algum campo mais ou menos definido, em vez de visar certos alvos de oportunidades. Você precisa ser conhecido como uma autoridade da área, sua escrita deve reforçar o seu ensino (considerando que você também leciona na área), e a formação e especialização que você adquire faz com que você escreva com muito mais facilidade artigos subsequentes.

12. REFERÊNCIAS

DELGADO, Richard. **Ascription of criminal states of mind: toward a defense theory of the “coercively persuaded” (“Brainwashed”) Defendant.** Minnesota: 63 Minnesota Law Review. 1978; LUNDE, Donald T.; WILSON, Thomas E.. **Brainwashing as a defense to criminal liability: Patty Hearst revisited,** 13Criminal law bull. 1977.

_____, Richard. **The Imperial Scholar: Reflections on a Review of Civil Rights Literature.** University of Pennsylvania Law Review, Vol. 132. 1984.

DOLINKO, David. **Comment: Intolerable Conditions As a Defense to Prison Escapes.** Los Angeles: 26 UCLA Law Review, pps. 1126-1182. 1979. FLETCHER, George P.. **Should Intolerable Prison Conditions Generate a Justification or na Excuse for Escape.** 26 UCLA Law Review, pps. 1355-1366. 1979.

- KESSLER, Friedrich. **Contracts od Adhesion - Some Thoughts About Freedom of Contract**. Columbia: 43 Columbia Law Review, n. 629. 1943.
- LAWRENCE, Charles R. **The Id, the Ego, and Equal protection: Reckoning with unconscious Discrimination**. Stanford Law Review, vol. 39, No. 2. 1987.
- MARU, Olavi. **Measuring the impact of Legal Periodicals**. Chicago: 1 American Bar Foundation. 1973.
- MOULTON, Beatrice. **The Persecution and Intimidation of the Law Income Litigant as Performed by the Small Claims Court in California**. Stanford: 21 Stanford Law Review. 1969.
- STONE, Alan. **Legal Education on the Couch**. 85 Harvard Law Review, 392. 1970. Veja também qualquer problema na seção de artigos do *Journal of Legal Education* sobre educação em Direito, escolas jurídicas exame, linguagem e escrita jurídica, e tópicos relacionados.
- WARREN, Samuel; BRANDEIS, Louis. **The Right To Privacy**. 4 Harvard Law Review, 193. 1890.